

PLANO DE GOVERNO

O ESTADO DO CEARÁ

O Ceará ocupa um lugar singular na história do Brasil. Muito antes de se tornar referência nacional em diversas áreas, nosso Estado já demonstrava sua vocação para a coragem, a liberdade e o pioneirismo. Foi aqui, na Terra da Luz, que o processo abolicionista alcançou um de seus maiores marcos: em 1884, o Ceará declarou extinta a escravidão em seu território, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea no Brasil.

Foi também desta terra que surgiram exemplos de resistência, empreendedorismo, cultura, trabalho e transformação social que ajudaram a construir a identidade do povo brasileiro.

Ao longo de sua história, o Ceará superou desafios que muitas vezes pareciam intransponíveis. A seca, a escassez de recursos naturais, as dificuldades logísticas e as desigualdades históricas jamais impediram que o nosso povo construísse uma sociedade marcada pela capacidade de trabalho, pela criatividade, pela coragem e pela força de vontade.

Das margens do Rio Acaraú aos sertões dos Inhamuns, do Cariri à Serra da Ibiapaba, do Vale do Jaguaribe às praias dos litorais leste e oeste, o cearense sempre encontrou maneiras de enfrentar as adversidades, gerar oportunidades e construir o próprio futuro.

Nas últimas décadas, o Estado alcançou avanços importantes. Consolidou-se como uma das principais economias do Nordeste, ampliou sua infraestrutura logística, fortaleceu setores estratégicos como o turismo, o agronegócio, a indústria, os serviços e as energias renováveis, além de expandir sua rede de educação, ensino técnico e formação profissional.

O Ceará também demonstrou que planejamento, responsabilidade fiscal, continuidade administrativa e visão de longo prazo podem produzir resultados relevantes para a população. Entretanto, os desafios atuais exigem uma nova etapa de desenvolvimento.

Apesar dos avanços conquistados, milhões de cearenses ainda convivem diariamente com problemas que afetam sua qualidade de vida, limitam oportunidades e comprometem o futuro de suas famílias.

A violência tornou-se uma das maiores preocupações da população. O avanço das facções criminosas, os elevados índices de homicídios registrados ao longo dos últimos anos, a presença do crime organizado em comunidades urbanas e rurais, a expulsão de famílias de suas residências e o recrutamento de jovens pelo tráfico representam ameaças diretas à paz social, à liberdade e ao desenvolvimento econômico.

Nenhuma sociedade pode prosperar quando o medo ocupa o lugar da liberdade. Nenhuma família deve aceitar como normal viver sob ameaça, abandonar sua casa por determinação de criminosos ou mudar sua rotina por receio da violência.

Na saúde, persistem dificuldades que atingem diretamente milhares de famílias. Filas para consultas, exames e cirurgias, demora no acesso a especialistas, desigualdades regionais, sobrecarga das unidades hospitalares e dificuldades de gestão ainda fazem parte da realidade de muitos cearenses.

Quem precisa de atendimento médico não pode ficar esperando indefinidamente. O acesso à saúde precisa ser rápido, transparente, eficiente e, acima de tudo, humanizado.

Na economia, apesar do extraordinário potencial do Ceará, milhares de empreendedores ainda enfrentam burocracia excessiva, insegurança regulatória, carga tributária elevada e dificuldades para investir, crescer e gerar empregos.

O desemprego, a informalidade e a baixa renda ainda atingem parte significativa da população, especialmente os jovens que procuram o primeiro emprego, trabalhadores que buscam melhores oportunidades e pequenos empreendedores que lutam diariamente para manter seus negócios funcionando.

O setor produtivo cearense possui condições para crescer muito mais. Nossa localização estratégica, nossos portos e aeroportos, o potencial turístico, a agricultura, a pecuária, a pesca, as energias renováveis, a indústria, a tecnologia e a vocação empreendedora do nosso povo representam vantagens competitivas que precisam ser aproveitadas de maneira mais eficiente.

Para isso, o Estado precisa criar um ambiente favorável aos investimentos, à inovação, à geração de empregos e à livre iniciativa.

Também é necessário modernizar a administração pública. O crescimento da estrutura estatal ao longo dos anos nem sempre foi acompanhado pelo aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados à população. O cidadão não quer um governo maior.

Quer um governo que funcione.

Quer segurança na sua rua, atendimento quando procurar um hospital, escola de qualidade para seus filhos, estradas em boas condições, oportunidades de emprego e respeito ao dinheiro pago em impostos.

É diante dessa realidade que apresentamos este Plano de Governo.

Nossa proposta parte de uma convicção simples: o Ceará pode fazer mais e pode fazer melhor.

É possível construir um Estado mais seguro, eficiente, justo e próspero. Um Estado que proteja a vida, valorize quem trabalha, incentive o empreendedorismo, respeite o dinheiro do contribuinte e cuide daqueles que mais precisam.

Defendemos um governo enxuto na burocracia e forte na entrega de resultados; rigoroso no combate ao desperdício e à corrupção; firme no enfrentamento ao crime e comprometido com a valorização dos profissionais da segurança pública; eficiente na saúde; transformador na educação; responsável na proteção social e parceiro de quem produz e gera empregos.

Queremos um governo que proteja a mulher vítima de violência, ampare a pessoa idosa, cuide das pessoas com deficiência, ofereça oportunidades aos jovens, respeite e valorize os profissionais que servem à população e trate a proteção animal como uma política permanente de responsabilidade pública.

Um governo capaz de utilizar a tecnologia, a iniciativa privada, o terceiro setor, as universidades e a capacidade da sociedade civil para entregar melhores serviços sem necessariamente aumentar a máquina pública.

O Ceará já provou inúmeras vezes que sabe superar dificuldades e transformar desafios em oportunidades. A história do nosso povo é uma história de coragem, trabalho, criatividade e perseverança.

Com planejamento, responsabilidade, transparência, eficiência e união, podemos inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento, segurança, prosperidade e dignidade para todos os cearenses.

O futuro do Ceará não será construído apenas pelo governo. Será construído por cada cidadão que trabalha, empreende, estuda, produz, ensina, cuida e acredita na força do nosso Estado.

É hora de recuperar a segurança, fortalecer a saúde, melhorar a educação, impulsionar a economia, proteger os mais vulneráveis e devolver ao cidadão a confiança de que o poder público existe para servi-lo.

Menos estrutura. Mais resultado.

Estado eficiente. Cidadão respeitado.

O melhor do Ceará ainda está por vir.

CARTA-COMPROMISSO AOS CEARENSES

Menos Estrutura. Mais Resultado.

Cearenses,

Eu, Vera Lúcia da Silva, nasci em Recife, mas foi no Ceará que construí grande parte da minha história. Há mais de 26 anos moro em Fortaleza, cidade que escolhi para viver, trabalhar, empreender e criar raízes.

Foi aqui que construí minha trajetória profissional. Como empresária, conheço de perto os desafios de quem acorda cedo, enfrenta dificuldades, paga impostos, gera empregos, movimenta a economia e luta todos os dias para manter seu negócio de portas abertas.

Também foi no Ceará que ampliei minha participação em trabalhos sociais, associações e iniciativas voltadas para melhorar a vida das pessoas.

Eu conheço a força do nosso povo, mas também conheço suas dores.

Conheço a preocupação da mãe que teme pela segurança do filho. Conheço a angústia de quem espera meses por uma consulta, um exame ou uma cirurgia. Conheço a dificuldade do pequeno empresário que luta para sobreviver diante da burocracia. Conheço o drama das famílias que precisam de emprego, renda e oportunidade.

E é exatamente por conhecer essa realidade que assumo este compromisso.

Para mim, política não pode ser profissão de quem busca privilégios. Política é serviço, responsabilidade e missão.

Quem se dispõe a governar precisa ter coragem para enfrentar problemas, humildade para ouvir as pessoas e responsabilidade para administrar cada centavo que pertence à população.

Quero um Ceará onde o cidadão volte a se sentir seguro.

Um Ceará onde a mulher vítima de violência tenha proteção e acolhimento.

Onde os profissionais da segurança pública sejam valorizados, tenham acompanhamento físico e psicológico e saibam que suas famílias serão amparadas pelo Estado.

Onde nossos idosos sejam tratados com respeito e dignidade.

Onde quem precisa de atendimento médico não seja condenado a esperar indefinidamente em uma fila.

Onde nossos jovens encontrem educação, qualificação e oportunidade de trabalho antes que o crime tente recrutá-los.

E onde aquele que empreende, trabalha e gera emprego encontre no Estado um parceiro, e não um obstáculo.

Não acredito em um governo que mede sua importância pela quantidade de secretarias, cargos ou estruturas que possui.

Acredito em um governo que mede seu sucesso pelo resultado entregue à população.

Menos estrutura. Mais resultado.

Quero um governo firme contra o crime, responsável com o dinheiro público, eficiente na saúde, transformador na educação e sensível com aqueles que mais precisam.

Um governo que saiba cuidar sem criar dependência, que incentive quem quer trabalhar, que respeite quem produz e que proteja aqueles que não conseguem se proteger sozinhos.

Depois de mais de 26 anos vivendo nesta terra, posso dizer com tranquilidade: o Ceará também é a minha casa.

Aqui construí minha vida, minha história profissional e meus compromissos. Aqui gerei emprego e renda. Aqui conheci de perto as dificuldades e a capacidade extraordinária do povo cearense.

E é por este Ceará que assumo hoje este compromisso.

Não prometo um governo de discursos fáceis.

Assumo o compromisso de trabalhar, ouvir, administrar com responsabilidade e enfrentar os problemas com coragem.

Porque governar não é mandar.

Governar é servir.

E servir ao Ceará exige coragem, integridade, sensibilidade, competência e respeito às pessoas.

Que Deus nos dê sabedoria para construir um Ceará mais seguro, mais humano, mais eficiente e com oportunidades para todos.

Vera Lúcia da Silva

SEGURANÇA PÚBLICA COMO PRIORIDADE ABSOLUTA

1. SEGURANÇA PÚBLICA COMO PRIORIDADE ABSOLUTA

Garantir a vida, a liberdade e a tranquilidade das famílias cearenses será uma das maiores responsabilidades do nosso governo.

O Ceará precisa enfrentar o crime organizado com autoridade, inteligência e presença permanente do Estado. Mas segurança pública moderna não se faz apenas aumentando o número de policiais nas ruas. É necessário colocar tecnologia, inteligência, equipamentos modernos e informação nas mãos de quem enfrenta o crime.

Nossa política será baseada em quatro pilares:

- INTELIGÊNCIA.
- TECNOLOGIA.
- PRESENÇA POLICIAL.
- VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.

O criminoso não pode estar tecnologicamente à frente do Estado.

Ao mesmo tempo, nenhuma política de segurança será eficiente se os homens e mulheres responsáveis pela proteção da sociedade estiverem desvalorizados, adoecidos ou trabalhando sem equipamentos adequados.

Compromisso: recuperar territórios, enfraquecer organizações criminosas, reduzir homicídios, aumentar a capacidade de investigação e proporcionar condições adequadas de trabalho aos profissionais da segurança pública.

PROPOSTAS

1.1) COMBATE ÀS LIDERANÇAS DO CRIME ORGANIZADO

Articular com o Governo Federal e com o Poder Judiciário a transferência de lideranças de organizações criminosas que preencham os requisitos legais para estabelecimentos de segurança máxima, impedindo que continuem comandando atividades criminosas de dentro das unidades prisionais.

1.2) FORÇA INTEGRADA CONTRA ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Criar uma estrutura permanente de integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, inteligência estadual e, mediante cooperação, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e demais órgãos.

O objetivo será compartilhar informações, realizar operações integradas e identificar lideranças, estruturas financeiras, armas, veículos, imóveis e patrimônio ligados às organizações criminosas.

Não basta prender quem está na rua. É preciso atingir o comando e o dinheiro das organizações criminosas.

1.3) CENTRO ESTADUAL INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA 24 HORAS

Implantar uma estrutura estadual permanente de inteligência funcionando 24 horas por dia, integrando informações das forças de segurança.

O centro deverá utilizar tecnologia para cruzamento de dados, identificação de padrões criminais, localização de veículos, acompanhamento de mandados de prisão e produção de mapas de incidência criminal.

As decisões operacionais deverão ser orientadas por dados e inteligência.

1.4) CINTURÃO ESTADUAL DE VIDEOMONITORAMENTO INTELIGENTE

Expandir o sistema de câmeras para Fortaleza, Região Metropolitana, municípios do interior, entradas e saídas das cidades e principais corredores rodoviários.

O sistema poderá utilizar, respeitada a legislação:

- * leitura automática de placas;
- * identificação de veículos roubados ou utilizados em crimes;
- * integração com bases policiais;
- * análise de movimentações suspeitas;
- * acompanhamento de ocorrências em tempo real;
- * reconhecimento de padrões por inteligência artificial.

Toda utilização de tecnologias de identificação deverá possuir regras de proteção de dados, auditoria e controle contra erros e abusos.

1.5) PROGRAMA ESTADUAL DE DRONES DE SEGURANÇA

Criar unidades especializadas de operação de drones para apoiar as forças de segurança.

Adquirir equipamentos com recursos adequados às missões policiais, incluindo:

- * câmeras de alta resolução;
- * visão térmica;
- * operação noturna;
- * transmissão de imagens em tempo real;
- * capacidade de monitoramento de grandes áreas.

Os equipamentos poderão auxiliar operações policiais, buscas de pessoas desaparecidas, localização de suspeitos, monitoramento de áreas de difícil acesso, segurança de grandes eventos e vigilância do entorno de unidades prisionais.

1.6) RENOVAÇÃO DA FROTA OPERACIONAL

Estabelecer programa permanente de renovação de viaturas, evitando que policiais trabalhem com veículos sem condições adequadas.

Adquirir, conforme a necessidade operacional:

- * novas viaturas;
- * motocicletas para patrulhamento;
- * veículos 4x4 para regiões rurais;
- * unidades móveis de comando;
- * veículos para transporte operacional;
- * ambulâncias e unidades de apoio;
- * veículos blindados destinados exclusivamente a operações de alto risco.

A compra de veículos blindados deverá atender a critérios técnicos e operacionais, evitando aquisições meramente simbólicas ou sem utilização prática.

1.7) AMPLIAÇÃO DO POLICIAMENTO COM MOTOCICLETAS

Expandir a capacidade operacional do RAIO e de outras unidades de patrulhamento com motocicletas, especialmente nas regiões com elevados índices de criminalidade.

A motocicleta oferece rapidez de deslocamento e capacidade de acesso a locais onde viaturas convencionais possuem maior dificuldade.

1.8) PROTEÇÃO BALÍSTICA MODERNA PARA OS PROFISSIONAIS

Criar um programa permanente de renovação dos equipamentos de proteção individual.

Garantir aquisição periódica de:

- * coletes balísticos certificados;
- * capacetes balísticos;
- * escudos balísticos para unidades especializadas;
- * equipamentos de proteção para operações de alto risco;
- * kits individuais de primeiros socorros operacionais.

Nenhum profissional deverá ser colocado em uma situação de alto risco utilizando equipamento vencido ou inadequado.

1.9) MODERNIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES POLICIAIS

Implantar sistema moderno e seguro de comunicação entre as forças de segurança, com rádios digitais e comunicação protegida, permitindo melhor coordenação das operações.

Também será ampliada a capacidade de comunicação policial nas áreas rurais e regiões onde atualmente existem dificuldades de cobertura.

1.10) CÂMERAS CORPORAIS COM PROTEÇÃO AO POLICIAL E AO CIDADÃO

Implantar câmeras corporais com protocolo técnico claro, armazenamento seguro das imagens e regras de utilização.

A tecnologia deverá servir para:

- * Produzir provas;
- * Registrar ocorrências;
- * Proteger juridicamente o profissional;
- * Esclarecer denúncias;
- * Aumentar a transparência das operações.

As câmeras não serão tratadas apenas como instrumento de fiscalização do policial, mas também como instrumento de proteção do próprio profissional.

1.11) DELEGACIAS MÓVEIS

Implantar unidades móveis da Polícia Civil equipadas com tecnologia para registro de ocorrências, coleta inicial de informações e apoio às operações.

Essas unidades poderão ser deslocadas para municípios, bairros, grandes eventos ou regiões onde exista aumento temporário da demanda policial.

1.12) POLÍCIA CIENTÍFICA E INVESTIGAÇÃO COM MAIS TECNOLOGIA

Investir na modernização da perícia e da investigação criminal.

Ampliar recursos destinados a:

- * Perícia digital;
- * Equipamentos laboratoriais;
- * Análise de imagens;
- * Processamento de evidências;
- * Identificação biométrica dentro dos limites legais;
- * Laboratórios móveis;
- * Investigação de crimes cibernéticos.

Combater o crime também significa aumentar a capacidade de produzir provas e esclarecer delitos.

1.13) TECNOLOGIA CONTRA CELULARES E COMUNICAÇÕES CRIMINOSAS NOS PRESÍDIOS

Modernizar os sistemas de fiscalização das unidades prisionais com equipamentos de inspeção, scanners, detectores e sistemas capazes de auxiliar na localização de aparelhos e equipamentos eletrônicos ilícitos.

Também ampliar o uso de drones e equipamentos de vigilância nos perímetros penitenciários.

Presídio não pode continuar funcionando como escritório de organização criminosa.

1.14) MAPA DIGITAL DO CRIME

Criar plataforma estadual de acompanhamento territorial da criminalidade, permitindo identificar rapidamente:

- * Crescimento de homicídios;
- * Roubos;
- * Furtos;
- * Violência contra a mulher;
- * Atuação de facções;
- * Crimes patrimoniais;
- * Areas com aumento de ocorrências.

Cada região terá indicadores, metas e comando responsável pelo resultado.

1.15) META PÚBLICA DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE POR REGIÃO

Estabelecer metas públicas e mensuráveis para redução de homicídios e outros crimes violentos.

Cada região terá:

- * meta definida;
- * comando responsável;
- * indicadores mensais;
- * avaliação periódica;
- * prestação pública de contas.

Segurança pública também precisa ser administrada por resultado.

1.16) DELEGACIAS DA MULHER E REDE DE PROTEÇÃO

Implantar novas Delegacias de Defesa da Mulher nas regiões atualmente desassistidas e integrá-las à Rede Estadual de Proteção e Acolhimento à Mulher Vítima de Violência.

A mulher não poderá receber apenas uma ocorrência policial. Quando houver risco, deverá existir uma rede preparada para protegê-la e acolhê-la.

1.17) POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA

Criar uma política estadual permanente de valorização da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal e demais categorias estaduais da segurança.

1.18) POLÍTICA REMUNERATÓRIA E PISO POR CATEGORIA

Construir, mediante diálogo com as categorias e observância da legislação e da responsabilidade fiscal, uma política de remuneração e valorização salarial considerando:

- * Risco profissional;
- * Responsabilidade da função;
- * Qualificação;
- * Progressão;
- * Tempo de serviço;
- * Características de cada carreira.

1.19) SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS PROFISSIONAIS

Criar uma rede permanente de acompanhamento dos profissionais da segurança, garantindo:

- * Atendimento psicológico;
- * Assistência psiquiátrica quando necessária;
- * Avaliações médicas periódicas;
- * Acompanhamento físico;
- * Prevenção ao suicídio;
- * Tratamento de estresse pós-traumático;...

1. GOVERNO MENOR, MAIS EFICIENTE E HONESTO

O Ceará precisa de um Estado mais simples na estrutura e mais forte na prestação dos serviços essenciais.

Nosso compromisso não será apenas reduzir cargos, secretarias ou despesas administrativas. Será reorganizar o governo para que cada órgão tenha função clara, metas definidas, indicadores públicos e responsabilidade pelo resultado entregue ao cidadão.

Um governo eficiente deve concentrar seus esforços naquilo que realmente importa: segurança pública, saúde, educação, infraestrutura, geração de oportunidades e proteção aos mais vulneráveis.

A redução da burocracia será acompanhada pela digitalização dos serviços, revisão de estruturas administrativas, profissionalização da gestão e avaliação permanente dos resultados.

Compromisso: menos burocracia, menos desperdício, mais produtividade e melhores serviços para a população.

PROPOSTAS :

1.1) IMPLANTAR GESTÃO POR METAS E RESULTADOS EM TODO O GOVERNO

Estabelecer metas anuais e indicadores objetivos para secretarias, órgãos, empresas e unidades administrativas do Estado.

Cada área deverá apresentar publicamente:

- * Metas estabelecidas;
- * Indicadores de desempenho;
- * Prazos;

- * Resultados alcançados;
- * Justificativas para metas não cumpridas;
- * Medidas corretivas adotadas.

O cidadão deverá poder acompanhar o desempenho do governo de maneira simples e transparente.

1.2) IMPLANTAR POLÍTICA DE RECONHECIMENTO POR DESEMPENHO

Estruturar modelos de incentivo vinculados ao cumprimento de metas institucionais e à melhoria efetiva dos serviços públicos.

Os mecanismos poderão combinar, nos limites da legislação:

- * Bonificação variável;
- * Reconhecimento por desempenho;
- * Capacitação profissional;
- * Oportunidades de progressão;
- * Premiações institucionais;
- * Valorização das equipes que apresentarem melhores resultados.

O modelo deverá evitar avaliações subjetivas ou indicações políticas, utilizando critérios públicos, mensuráveis e auditáveis.

1.3) REORGANIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Realizar, nos primeiros meses de governo, uma revisão completa da estrutura administrativa estadual para identificar:

- * Secretarias com funções sobrepostas;
- * Órgãos com competências duplicadas;
- * Estruturas que podem ser incorporadas;
- * Cargos desnecessários;
- * Despesas administrativas que podem ser reduzidas;
- * Atividades que podem ser digitalizadas ou compartilhadas.

A partir desse diagnóstico, promover a fusão, extinção ou reorganização de estruturas sempre que isso representar economia e melhoria do serviço.

O objetivo não será reduzir por reduzir. Será gastar menos com burocracia para investir mais na ponta.

1.4) ESTABELECER META DE REDUÇÃO DO CUSTO ADMINISTRATIVO

Criar uma meta plurianual de redução das despesas administrativas e de custeio da máquina pública, preservando os serviços essenciais.

Os recursos economizados deverão ser prioritariamente direcionados para áreas como:

- * Segurança;**
- * Saúde;**
- * Educação;**
- * Infraestrutura;**
- * Tecnologia;**
- * Proteção social.**

1.5) CRIAR O PROGRAMA CEARÁ DIGITAL

Transformar progressivamente os principais serviços públicos estaduais em serviços digitais.

O cidadão deverá conseguir resolver cada vez mais demandas pelo celular ou pela internet, reduzindo deslocamentos, filas e burocracia.

Entre as prioridades:

- * Documentos digitais;**
- * Solicitações administrativas;**
- * Acompanhamento de processos;**
- * Licenças;**
- * Autorizações;**
- * Consultas;**
- * Pagamentos;**
- * Protocolos;**
- * Serviços para empresas.**

1.6) CRIAR UMA CONTA ÚNICA DIGITAL DO CIDADÃO

Desenvolver uma plataforma integrada para que o cidadão tenha acesso aos serviços estaduais por meio de uma única identificação.

A plataforma deverá permitir acompanhar solicitações, documentos, protocolos e serviços, respeitando a legislação de proteção de dados.

1.7) CRIAR LABORATÓRIO ESTADUAL DE INOVAÇÃO EM GOVERNO

Estabelecer um ambiente de inovação conectando:

- * Universidades;
- * Startups;
- * Govtechs;
- * Centros de pesquisa;
- * Incubadoras;
- * Empresas de tecnologia;
- * Servidores públicos.

O objetivo será buscar soluções para problemas reais da administração, com projetos-piloto, avaliação de resultados e contratação de soluções inovadoras quando houver comprovação de eficiência.

1.8) IMPLANTAR O PRINCÍPIO “UMA EXIGÊNCIA ENTRA, OUTRA SAI”

Toda criação de nova obrigação burocrática para cidadãos ou empresas deverá ser acompanhada da revisão de exigências já existentes.

O objetivo será impedir o crescimento permanente da burocracia estadual.

1.9) REVISAR LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Realizar revisão geral dos procedimentos administrativos estaduais para eliminar exigências:

- * Duplicadas;
- * Desnecessárias;
- * Sem fundamento técnico;
- * Que possam ser substituídas por declarações digitais ou compartilhamento de informações entre órgãos.

O Estado não deverá exigir do cidadão um documento que o próprio governo já possui.

1.10) IMPLANTAR PAINEL PÚBLICO DE DESEMPENHO DO GOVERNO

Criar plataforma pública para acompanhar:

- * Metas;
- * Investimentos;
- * Obras;

- * Indicadores;
- * Despesas;
- * Contratos;
- * Prazo de execução;
- * Desempenho das secretarias.

O cidadão terá condições de verificar o que foi prometido, quanto foi gasto e o que realmente foi entregue.

2. RESPEITO AO DINHEIRO DO CONTRIBUINTE

O dinheiro público não pertence ao governo. Pertence ao cidadão que trabalha, produz, empreende e paga impostos.

Por isso, cada real arrecadado deverá ser tratado com responsabilidade.

Nosso governo terá como prioridade combater desperdícios, melhorar a eficiência da arrecadação, enfrentar grandes devedores, reduzir despesas desnecessárias e criar condições fiscais para diminuir a carga tributária sempre que houver espaço responsável para isso.

Não existe redução sustentável de impostos sem controle de despesas, crescimento econômico e equilíbrio das contas públicas.

Compromisso: gastar melhor, cobrar de maneira justa e transformar arrecadação em serviço público de qualidade.

PROPOSTAS

2.1) CRIAR PROGRAMA PERMANENTE DE REVISÃO DE GASTOS

Implantar processo contínuo de avaliação das despesas estaduais.

Cada programa deverá responder a três perguntas:

Funciona?

É necessário?

O dinheiro está sendo bem utilizado?

Programas sem resultado comprovado poderão ser corrigidos, redimensionados ou encerrados.

2.2) FAZER INVENTÁRIO COMPLETO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO

Mapear imóveis públicos:

- * Ocupados;
- * Desocupados;
- * Subutilizados;
- * Alugados;
- * Disponíveis para alienação.

O Estado deverá deixar de pagar aluguel quando possuir imóvel adequado disponível e poderá vender ativos sem utilidade pública, mediante avaliação, transparência e procedimento legal.

2.3) CRIAR PLANO ANUAL DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS OCIOSOS

Estabelecer cronograma público para venda de imóveis que não tenham finalidade estratégica para o Estado.

Os recursos obtidos deverão ter destinação previamente definida, priorizando:

- * Redução de passivos;
- * Investimentos estruturantes;
- * Modernização do Estado.

2.4) FORTALECER A CONTROLADORIA E CRIAR ESTRUTURA ESPECIALIZADA ANTICORRUPÇÃO

Em vez de criar apenas mais uma estrutura administrativa, fortalecer os órgãos de controle existentes e estabelecer uma unidade especializada em:

- * Prevenção à corrupção;
- * Análise de riscos;
- * Integridade;
- * Auditoria;
- * Identificação de fraudes;
- * Proteção ao patrimônio público;
- * Cooperação com órgãos de investigação.

O foco será evitar que o dinheiro seja desviado antes que o prejuízo aconteça.

2.5) CRIAR PROGRAMA DE INTEGRIDADE EM CONTRATOS PÚBLICOS

Grandes contratos estaduais deverão possuir mecanismos de:

- * Transparência;
- * Gestão de riscos;
- * Auditoria;
- * Fiscalização;
- * Acompanhamento de execução;
- * Prevenção a conflitos de interesse.

2.6) CRIAR PAINEL DO DINHEIRO PÚBLICO

Disponibilizar ao cidadão uma plataforma simples mostrando:

- * Quanto o Estado arrecada;
- * Quanto gasta;
- * Onde gasta;
- * Fornecedores;
- * Contratos;
- * Obras;
- * Transferências;
- * Resultados alcançados.

Transparência não pode existir apenas para especialistas. O cidadão comum precisa entender para onde vai o seu dinheiro.

2.7) COMBATER GRANDES DEVEDORES CONTUMAZES

Fortalecer a cobrança dos grandes devedores que utilizam sistematicamente a inadimplência tributária como estratégia empresarial, diferenciando-os do contribuinte que enfrenta dificuldade eventual.

A política tributária deverá ser firme contra a fraude e equilibrada com quem produz de boa-fé.

2.8) CRIAR PROGRAMA DE REDUÇÃO RESPONSÁVEL DA CARGA TRIBUTÁRIA

Estabelecer uma estratégia gradual de redução da carga tributária estadual condicionada a:

- * equilíbrio fiscal;
- * redução do custo da máquina;
- * crescimento da arrecadação decorrente da atividade econômica;
- * combate à sonegação;

* revisão de benefícios tributários ineficientes.

A meta será devolver ao cidadão e ao setor produtivo parte dos ganhos de eficiência obtidos pelo governo.

2.9) REVISAR BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS

Avaliar periodicamente incentivos concedidos pelo Estado.

Todo benefício deverá demonstrar resultado econômico ou social, como:

- * Geração de emprego;
- * Investimento;
- * Desenvolvimento regional;
- * Inovação;
- * Aumento de produtividade.

Benefício sem resultado não deverá ser renovado automaticamente.

2.10) CRIAR PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E REORGANIZAÇÃO DE PESSOAL

Nos setores onde estudos técnicos demonstrarem excesso de pessoal, poderão ser adotados mecanismos voluntários e negociados de reorganização da força de trabalho, respeitando integralmente os direitos dos servidores.

Também deverão ser priorizados:

- * Redistribuição;
- * Capacitação;
- * Aproveitamento em áreas com déficit de pessoal;
- * Transformação digital de atividades administrativas.

O servidor não deve ser tratado como problema. O problema é a má gestão da força de trabalho.

2.11) REVISAR CONTRATOS E DESPESAS RECORRENTES

Realizar auditoria administrativa sobre grandes despesas recorrentes do Estado, como:

- * Aluguéis;
- * Telefonia;
- * Tecnologia;
- * Combustível;
- * Veículos;
- * Serviços terceirizados;

- * Consultorias;
- * Manutenção.

O objetivo será renegociar contratos, eliminar desperdícios e obter melhores preços.

2.12) INSTITUIR O PRINCÍPIO DO “GASTOU, EXPLIQUE; INVESTIU, MOSTRE O RESULTADO”

Grandes programas e investimentos públicos deverão apresentar de maneira transparente:

- * Objetivo;
- * Valor;
- * Prazo;
- * Responsável;
- * Resultado esperado;
- * Indicador de desempenho;
- * Resultado efetivamente alcançado.

O dinheiro público será medido não apenas pelo quanto foi gasto, mas pelo resultado que produziu

1. SAÚDE EM FILA “ESCONDIDA” E COM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO

Nosso compromisso é aproximar a saúde de quem mais precisa, reduzir filas, melhorar a gestão dos hospitais, ampliar o acesso a especialistas e garantir atenção especial às pessoas mais vulneráveis, principalmente crianças com deficiência, mães atípicas, pessoas idosas e pacientes que dependem de medicamentos de uso contínuo.

PROPOSTAS

1.1) AMPLIAR A TELEMEDICINA EM TODO O ESTADO

Investir em infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional para ampliar o atendimento por telemedicina, garantindo acesso a especialistas para moradores de regiões afastadas e pacientes com dificuldade de locomoção.

O objetivo é reduzir deslocamentos desnecessários, acelerar diagnósticos e aumentar a capacidade de resolução dos casos na própria região.

1.2) CRIAR UMA FILA ÚNICA, REGIONALIZADA E TRANSPARENTE PARA CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS

Implantar plataformas regionais integradas de gestão das filas, reunindo unidades públicas e serviços contratados pelo Estado.

O sistema deverá informar a data de entrada do paciente, sua posição, prioridade clínica e histórico de todas as alterações realizadas na fila.

Protocolos técnicos deverão definir quando o paciente deve ser encaminhado para outro nível de atendimento e quando poderá retornar à unidade de origem.

O objetivo é garantir mais transparência, controle e justiça no acesso à saúde.

1.3) PROFISSIONALIZAR A GESTÃO DOS HOSPITAIS ESTADUAIS

Selecionar dirigentes hospitalares com base em critérios técnicos, experiência e capacidade de gestão.

Estabelecer metas objetivas de desempenho, indicadores de qualidade e avaliações periódicas dos resultados.

Hospital público precisa ser administrado com responsabilidade, eficiência e foco no paciente.

1.4) IMPLANTAR PROGRAMAS ESTADUAIS DE TELECONSULTA E TELE-UTI

Criar uma rede estadual de teleconsulta e tele-UTI para oferecer suporte especializado aos hospitais de menor porte, permitindo que médicos de unidades do interior contem com apoio de equipes especializadas em casos de maior complexidade.

A medida poderá reduzir transferências desnecessárias e permitir atendimento mais rápido e seguro.

1.5) FORTALECER A PREVENÇÃO E O ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL

Capacitar professores, psicólogos escolares, profissionais de saúde, policiais e demais agentes públicos para identificação precoce de situações de risco, acolhimento, prevenção do suicídio e primeiros cuidados em saúde mental.

Criar uma verdadeira rede de proteção capaz de identificar sinais de sofrimento e encaminhar as pessoas para atendimento especializado antes que a situação se agrave.

1.6) CAPACITAR PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Criar um programa estadual de capacitação dos profissionais da rede pública em práticas integrativas e complementares reconhecidas pelo SUS, ampliando as possibilidades de prevenção, promoção da saúde e cuidado complementar aos pacientes.

1.7) LEVAR A PREVENÇÃO DO CÂNCER ATÉ AS MULHERES

Implantar uma rede estadual de unidades móveis destinadas à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de mama e do colo do útero.

As unidades deverão percorrer todas as regiões do Ceará, priorizando municípios do interior e localidades com maior dificuldade de acesso aos serviços especializados.

Deverão ser oferecidos exames preventivos, mamografias e outros procedimentos de rastreamento, além do encaminhamento rápido dos casos suspeitos para diagnóstico e tratamento.

A distribuição das unidades deverá seguir critérios populacionais, epidemiológicos e de demanda reprimida.

1.8) PRIORIDADE ÀS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E APOIO ÀS MÃES ATÍPICAS

Garantir prioridade nas políticas estaduais às crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras necessidades específicas.

Assegurar acesso mais rápido à saúde, terapias, reabilitação, educação inclusiva e demais serviços necessários ao seu desenvolvimento.

Criar Casas de Apoio às Mães Atípicas nos maiores municípios e polos regionais do Ceará.

Essas unidades deverão oferecer acolhimento, orientação, acompanhamento psicológico e social, suporte jurídico e administrativo, encaminhamento para serviços públicos e apoio às famílias que enfrentam longos deslocamentos em busca de tratamento para seus filhos.

O Estado deverá ajudar essas famílias na obtenção de terapias, consultas, equipamentos, medicamentos e acompanhamento especializado.

Compromisso: cuidar da criança é também cuidar de quem dedica a vida a ela.

1.9) MEDICAMENTO NO TEMPO CERTO — MENOS BUROCRACIA E MENOS JUDICIALIZAÇÃO

Implantar um programa estadual para acelerar a aquisição, distribuição e entrega de medicamentos aos pacientes da rede pública, especialmente nos casos de doenças graves, raras, crônicas e tratamentos de uso contínuo.

Criar mecanismos para acompanhamento dos pedidos, com prazos, transparência e comunicação direta com o paciente.

Identificar os medicamentos que mais geram ações judiciais contra o Estado e trabalhar para que, quando houver comprovação científica, segurança e necessidade assistencial, sejam analisados pelos órgãos competentes para possível incorporação aos protocolos e listas oficiais do SUS.

O objetivo é reduzir a judicialização não retirando direitos, mas fazendo com que o cidadão receba seu medicamento antes de precisar procurar a Justiça.

Nos casos relacionados à saúde suplementar, defender junto aos órgãos competentes a ampliação da cobertura de medicamentos e tratamentos pelos planos de saúde.

Meta: transformar medicamentos que hoje chegam somente depois de uma decisão judicial em tratamentos fornecidos de maneira regular, planejada e mais rápida pela rede pública.

1.10) PROGRAMA ESTADUAL DE CUIDADO E PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA

Criar uma política estadual permanente de cuidado, acompanhamento e proteção à pessoa idosa, especialmente para aqueles que vivem sozinhos, possuem mobilidade reduzida ou dependem de familiares para realizar tratamentos de saúde.

Fortalecer e apoiar instituições, casas de acolhimento, centros de convivência e entidades que atendam pessoas idosas, garantindo acompanhamento social e de saúde.

Criar programas de acompanhamento periódico para identificar necessidades médicas, nutricionais, psicológicas e sociais da população idosa.

Estabelecer parcerias com a iniciativa privada, organizações sociais e instituições especializadas para ampliar a oferta de fisioterapia, terapia ocupacional, acompanhamento de enfermagem e outros tratamentos.

Implantar programas de fisioterapia domiciliar, destinados prioritariamente às pessoas idosas com dificuldade de locomoção, pacientes acamados ou que

apresentem limitações físicas que impeçam o deslocamento frequente até unidades de saúde.

Criar um sistema estadual de transporte assistido para disponibilizar veículos destinados a buscar e levar pessoas idosas, pessoas com deficiência e pacientes com dificuldade de locomoção para consultas, exames, sessões de fisioterapia e tratamentos especializados.

O programa deverá funcionar de forma integrada com os municípios, permitindo o agendamento do transporte juntamente com a consulta ou exame, evitando que o paciente consiga atendimento médico, mas não tenha condições de chegar até a unidade de saúde.

Fortalecer ainda políticas de prevenção de quedas, acompanhamento de doenças crônicas, vacinação, alimentação saudável e promoção da autonomia da pessoa idosa.

Compromisso: envelhecer não pode significar ficar abandonado, sem tratamento ou sem condições de chegar até o atendimento. O Estado precisa chegar até quem mais precisa.

NOSSO COMPROMISSO COM A SAÚDE

Uma saúde pública moderna precisa enxergar a pessoa antes da burocracia.

Queremos um Estado que reduza filas, leve atendimento ao interior, use tecnologia, cuide das crianças, acolha as mães atípicas, respeite as pessoas idosas e faça o medicamento chegar antes que o cidadão precise recorrer à Justiça.

Menos burocracia. Mais prevenção. Mais atendimento. Mais dignidade para quem precisa do Estado.

2. EDUCAÇÃO QUE PREPARA PARA A VIDA

A escola precisa preparar a criança e o jovem não apenas para uma prova, mas para a vida, para o trabalho, para a cidadania e para um mundo cada vez mais tecnológico e competitivo.

Nosso compromisso é construir uma educação pública que valorize o professor, amplie o tempo integral, fortaleça o ensino profissionalizante, garanta alimentação de qualidade, inclua crianças com deficiência e aproxime cada vez mais a família da vida escolar.

Compromisso: professor valorizado, escola moderna, criança protegida e jovem preparado para o futuro.

PROPOSTAS

2.1) AMPLIAR A OFERTA DE CRECHES EM TODO O ESTADO

Criar um programa estadual de ampliação do acesso às creches, em parceria com os municípios, organizações credenciadas e instituições privadas, priorizando as localidades onde houver maior déficit de vagas.

O programa deverá permitir a contratação de vagas em creches conveniadas ou credenciadas quando a rede pública não conseguir atender toda a demanda.

A política não deverá ficar concentrada apenas na capital ou nos grandes centros urbanos, alcançando também municípios do interior e regiões com maior necessidade.

O objetivo é garantir às famílias, principalmente às mães que trabalham, a segurança de saber que seus filhos estão sendo bem cuidados enquanto elas estudam ou trabalham.

2.2) AMPLIAR A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Expandir progressivamente a oferta de escolas estaduais em tempo integral, garantindo que o estudante permaneça na escola durante grande parte do dia com ensino, esporte, cultura, alimentação e atividades de formação profissional.

As escolas de tempo integral deverão oferecer quatro refeições diárias:

- * Café da manhã;
- * Lanche da manhã;
- * Almoço;
- * Lanche da tarde.

A alimentação deverá seguir critérios nutricionais e ser acompanhada por profissionais especializados.

A escola precisa ser também um espaço de proteção, convivência e oportunidade.

2.3) ENSINO PROFISSIONALIZANTE LIGADO À REALIDADE DE CADA REGIÃO

Ampliar o ensino técnico e profissionalizante nas escolas estaduais, priorizando cursos relacionados às necessidades econômicas de cada região do Ceará.

As formações deverão considerar setores como tecnologia, turismo, indústria, comércio, energia, agronegócio, serviços, economia criativa e outras atividades com potencial de geração de emprego.

O estudante deverá poder concluir o ensino médio já com uma formação que amplie suas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

2.4) AMPLIAR OS CURSOS TÉCNICOS DE CURTA DURAÇÃO

Criar e ampliar cursos técnicos e profissionalizantes de curta duração, principalmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social ou com maior risco de abandonar os estudos.

O objetivo será criar uma ponte rápida entre escola, qualificação e mercado de trabalho, reduzindo a evasão escolar e aumentando as oportunidades para os jovens.

2.5) CRIAR UM PROGRAMA ESTADUAL DE BOLSAS PARA FORMAÇÃO TÉCNICA

Oferecer vagas gratuitas em cursos técnicos para estudantes e egressos do ensino médio por meio de instituições públicas e privadas credenciadas.

Os cursos deverão ser escolhidos de acordo com as necessidades do mercado de trabalho em cada região do Estado.

O programa deverá aproximar empresas, escolas técnicas e estudantes, facilitando também estágios, aprendizagem profissional e oportunidades de primeiro emprego.

2.6) IMPLANTAR O ENSINO DE IDIOMAS NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Fortalecer o ensino de inglês e ampliar progressivamente a oferta de outros idiomas, como francês e mandarim, de acordo com a estrutura disponível e a realidade de cada escola.

A política deverá permitir parcerias com instituições de ensino, universidades, centros de idiomas e plataformas digitais.

O objetivo é permitir que jovens da escola pública tenham acesso a oportunidades que muitas vezes ficam restritas aos estudantes da rede particular.

2.7) LEVAR MÚSICA, CULTURA E ARTE PARA DENTRO DA ESCOLA

Criar programas permanentes de ensino de música, canto, instrumentos musicais, teatro, dança e outras expressões culturais.

As escolas poderão formar bandas, corais, grupos artísticos e projetos culturais próprios.

Além de desenvolver talentos, essas atividades contribuem para disciplina, integração social, criatividade e permanência do jovem na escola.

2.8) ESCOLA PREPARADA PARA RECEBER CRIANÇAS COM AUTISMO E OUTRAS DEFICIÊNCIAS

Criar um programa estadual permanente de capacitação de professores e profissionais da educação para o atendimento de estudantes com transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, física, sensorial e outras necessidades específicas.

Garantir profissionais de apoio escolar quando houver necessidade devidamente identificada.

Fortalecer salas de recursos, acompanhamento pedagógico especializado e integração entre escola, família e profissionais de saúde.

Nenhuma família deverá ter medo de matricular seu filho por acreditar que a escola não está preparada para recebê-lo.

2.9) VALORIZAR E CAPACITAR O PROFESSOR

Criar uma política permanente de valorização dos profissionais da educação, com remuneração adequada, formação continuada, reconhecimento por desempenho e oportunidades de desenvolvimento profissional.

Os professores deverão contar com programas regulares de capacitação em:

- * Tecnologia educacional;
- * Educação inclusiva;
- * Novas metodologias de ensino;
- * Saúde emocional dos estudantes;
- * Ensino técnico e profissionalizante;
- * Uso de inteligência artificial e ferramentas digitais na educação.

Professor valorizado ensina melhor. Professor preparado transforma vidas.

2.10) FORMAR E ATRAIR PROFISSIONAIS PARA O ENSINO TÉCNICO

Ampliar a formação de professores para a educação profissional e tecnológica.

Permitir, dentro das normas educacionais aplicáveis, a participação de profissionais com experiência comprovada no mercado de trabalho em cursos técnicos e profissionalizantes.

Profissionais da indústria, tecnologia, turismo, comércio e outros setores poderão contribuir diretamente para aproximar o conteúdo ensinado da realidade das empresas e do mercado.

2.11) DIGITALIZAR AS ESCOLAS ESTADUAIS

Implantar um amplo programa de modernização tecnológica da rede pública estadual.

As escolas deverão receber, de forma progressiva:

- * Internet de alta velocidade;
- * Lousas digitais;
- * Computadores e equipamentos multimídia;
- * Plataformas educacionais;
- * Ferramentas de inteligência artificial;
- * Sistemas digitais de gestão escolar.

O professor precisa ter tecnologia como aliada, e não continuar dependendo exclusivamente de ferramentas do passado.

2.12) CRIAR O APLICATIVO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

Desenvolver um aplicativo oficial para aproximar pais, alunos, professores e escolas.

Por meio do aplicativo, os responsáveis poderão acompanhar:

- * Notas;
- * Boletins;
- * Frequência;
- * Atrasos;
- * Atividades escolares;
- * Calendário;
- * Comunicados;
- * Alimentação oferecida no dia;
- * Cardápio escolar;
- * Desempenho pedagógico;
- * Atividades culturais e esportivas;
- * Reuniões;
- * Informações sobre transporte escolar;
- * Ocorrências e comunicados da escola.

O sistema também poderá enviar alertas quando o estudante apresentar faltas frequentes ou queda significativa de desempenho.

A família precisa saber o que acontece com seu filho dentro da escola.

2.13) MODERNIZAR A GESTÃO DAS ESCOLAS

Implementar sistemas digitais de apoio à gestão escolar, auxiliando diretores e equipes administrativas na prestação de contas, gestão financeira, gestão de pessoas, controle de patrimônio, merenda escolar e acompanhamento de indicadores educacionais.

A direção deverá ter mais tempo para cuidar da escola e menos tempo perdido com burocracia.

2.14) FORTALECER A SELEÇÃO E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

Valorizar critérios técnicos, experiência, capacidade de liderança e resultados na seleção e formação dos gestores da rede estadual.

Criar cursos de preparação e formação continuada para diretores e coordenadores, utilizando também o desempenho nessas formações como um dos critérios dos processos de seleção.

2.15) IMPLANTAR MODELOS CÍVICO-MILITARES ONDE HOVER DEMANDA DA COMUNIDADE

Possibilitar a implantação de escolas com modelo cívico-militar em regiões do Estado onde exista demanda da comunidade escolar, observando a legislação educacional e garantindo a preservação do conteúdo pedagógico sob responsabilidade dos profissionais da educação.

O modelo deverá priorizar disciplina, respeito, organização, prevenção da violência e fortalecimento da convivência escolar.

2.16) COMBATER A EVASÃO ESCOLAR

Criar um sistema estadual de identificação precoce da evasão.

Quando um estudante acumular faltas ou apresentar sinais de abandono, escola, família e rede de proteção deverão ser acionadas rapidamente.

O objetivo será descobrir por que o jovem está deixando a escola e atuar antes que ele abandone definitivamente os estudos.

NOSSO COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

Queremos uma escola pública onde a criança entre pela manhã, tenha

alimentação de qualidade, encontre professores valorizados, aprenda português e matemática, tenha contato com tecnologia, idiomas, música, esporte e cultura e possa sair do ensino médio preparada para a universidade ou para uma profissão.

Uma escola onde a criança com autismo seja acolhida.

Onde o professor tenha condições de trabalhar.

Onde os pais saibam o que acontece com seus filhos.

E onde o jovem possa olhar para o futuro e enxergar oportunidades.

Educação não é apenas colocar a criança dentro da escola. É garantir que ela aprenda, seja protegida e saia preparada para construir o próprio futuro.

3. EMPREGO, RENDA E LIBERDADE ECONÔMICO

O Ceará precisa ser um Estado onde seja fácil empreender, seguro investir e possível crescer.

Quem produz, emprega e paga impostos precisa encontrar no Governo um parceiro, e não um obstáculo.

Nosso compromisso será reduzir burocracia, simplificar licenças, ampliar a segurança jurídica, melhorar o ambiente de negócios e criar condições para que empresas cearenses possam crescer com a mesma força das grandes empresas que chegam de fora.

O desenvolvimento econômico precisa alcançar a capital, o interior, o litoral, as regiões produtivas e os municípios com menor geração de emprego.

Compromisso: abrir uma empresa será mais simples, investir no Ceará será mais seguro e gerar emprego será prioridade.

PROPOSTAS

3.1) CRIAR UM PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS CEARENSES

Criar uma política estadual específica para que empresas já instaladas no Ceará, inclusive empresas de pequeno e médio porte, possam ter acesso a instrumentos de incentivo, financiamento, inovação e expansão.

Os critérios de concessão de benefícios deverão ser objetivos e transparentes, levando em consideração geração de empregos, investimento, inovação,

interiorização do desenvolvimento e compromisso com a economia local.

O objetivo é impedir que o empresário cearense veja apenas empresas de fora crescerem com apoio público enquanto ele enfrenta sozinho os custos para investir e ampliar seu negócio.

Queremos atrair novas empresas, mas também transformar empresas cearenses em grandes empresas.

3.2) GARANTIR CRITÉRIOS MAIS JUSTOS PARA INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO

Revisar os programas estaduais de incentivo econômico para permitir que empresas locais que atendam aos mesmos critérios de investimento, geração de emprego e expansão possam disputar benefícios em condições mais equilibradas.

Todo incentivo público deverá estar associado a contrapartidas claras, como:

- * Geração de empregos;
- * Aumento da produção;
- * Investimento em tecnologia;
- * Qualificação profissional;
- * Instalação em municípios do interior;
- * Aquisição de produtos e serviços locais, quando viável.

O Estado não deve escolher privilegiados. Deve criar condições para quem produz crescer.

3.3) REDUZIR A BUROCRACIA PARA QUEM QUER EMPREENDER

Criar um sistema integrado para abertura, licenciamento, regularização e expansão de empresas.

Ampliar a digitalização dos processos e estabelecer prazos para respostas dos órgãos públicos.

Atividades de baixo risco deverão contar com procedimentos simplificados, observadas as normas legais e de segurança aplicáveis.

O empresário precisa dedicar seu tempo a produzir e gerar emprego, e não a enfrentar meses de burocracia.

3.4) CRIAR A PORTA ÚNICA DO EMPREENDEDOR

Implantar uma plataforma estadual que concentre serviços e informações necessários para quem deseja abrir ou ampliar um negócio.

Por meio dela, o empreendedor poderá acompanhar licenças, incentivos, linhas de financiamento, capacitações, oportunidades de investimento e andamento de processos.

O sistema deverá também integrar informações estaduais e, por meio de parcerias, serviços municipais.

3.5) FORTALECER O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR

Criar programas de capacitação, orientação empresarial, transformação digital e acesso ao crédito para microempreendedores individuais, pequenos comerciantes, prestadores de serviços e pequenas empresas.

Ampliar parcerias com instituições financeiras, entidades empresariais, universidades e instituições de capacitação.

O pequeno negócio de hoje pode ser a grande empresa cearense de amanhã.

3.6) APROXIMAR EMPREGO, EMPRESA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Criar programas de qualificação profissional de acordo com as vagas disponíveis e as necessidades econômicas de cada região.

Empresas que pretendam ampliar suas atividades poderão informar previamente suas necessidades de mão de obra, permitindo que o Estado organize cursos e treinamentos direcionados.

A política de emprego precisa começar antes da vaga ser aberta.

3.7) CRIAR UM PROGRAMA ESTADUAL DO PRIMEIRO EMPREGO

Ampliar oportunidades para jovens que concluíram ou estejam concluindo o ensino médio, técnico ou superior.

O Estado deverá buscar parcerias com empresas para programas de aprendizagem, estágio, capacitação e contratação de jovens.

A falta de experiência não pode ser uma barreira permanente para quem está tentando conseguir o primeiro emprego.

TURISMO COMO INDÚSTRIA DE EMPREGO E RENDA

O Ceará possui uma das maiores riquezas naturais e culturais do Brasil.

O turismo precisa ser tratado como atividade econômica estratégica, capaz de

gerar empregos na hotelaria, gastronomia, transporte, comércio, cultura, lazer e prestação de serviços.

Não queremos vender apenas praias. Queremos vender experiências, cultura, gastronomia, esporte, religião, natureza, negócios e história.

3.8) CRIAR NOVAS ROTAS TURÍSTICAS NO CEARÁ

Desenvolver, em parceria com municípios, iniciativa privada, Embratur e entidades do setor, novas rotas temáticas integradas.

Entre elas:

- * Turismo de sol e praia;
- * Turismo gastronômico;
- * Turismo religioso;
- * Turismo esportivo;
- * Turismo cultural;
- * Ecoturismo;
- * Turismo rural;
- * Turismo de negócios;
- * Turismo de eventos.

Os roteiros deverão integrar hospedagem, alimentação, transporte, atrações e experiências locais.

O turista precisa ter motivos para permanecer mais tempo no Ceará e conhecer mais de uma região.

3.9) FORTALECER O TURISMO DOS MUNICÍPIOS

Oferecer apoio técnico para que os municípios desenvolvam planos locais e regionais de turismo.

As políticas deverão respeitar as características de cada região.

No litoral, fortalecer principalmente sol, praia, esportes, gastronomia e hotelaria.

No interior, desenvolver turismo religioso, cultural, rural, ecológico, de aventura, negócios e eventos.

3.10) DESENVOLVER TODA A ORLA TURÍSTICA DO CEARÁ

Criar um programa de desenvolvimento da orla cearense, articulando Estado, municípios e iniciativa privada.

O programa deverá trabalhar:

- * Urbanização;
- * Iluminação;
- * Saneamento;
- * Segurança;
- * Mobilidade;
- * Acessibilidade;
- * Preservação ambiental;
- * Equipamentos de apoio ao turista;
- * Fortalecimento do comércio local.

Nossa costa não pode ser desenvolvida apenas em alguns pontos. O objetivo será criar oportunidades ao longo de todo o litoral.

3.11) ATRAIR NOVOS HOTÉIS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Criar condições para ampliar a rede hoteleira e estimular investimentos em hotéis, pousadas, resorts, centros de convenções e equipamentos turísticos.

Os incentivos deverão priorizar projetos que gerem empregos, valorizem trabalhadores locais, respeitem o meio ambiente e ajudem a desenvolver regiões com potencial turístico ainda pouco explorado.

3.12) MELHORAR AS ESTRADAS QUE LEVAM AOS DESTINOS TURÍSTICOS

Criar um programa permanente de recuperação e melhoria da malha viária que conecta aeroportos, rodovias e centros urbanos aos principais destinos turísticos.

Não adianta divulgar um destino se o turista encontra dificuldade para chegar até ele.

As estradas deverão receber atenção especial em sinalização turística, manutenção, segurança e infraestrutura.

3.13) AMPLIAR A CONECTIVIDADE AÉREA DO CEARÁ

Trabalhar para ampliar a oferta de voos nacionais e internacionais com origem e destino no Ceará.

Fortalecer Fortaleza como centro de conexão aérea e buscar ampliar a utilização dos aeroportos regionais.

O Estado deverá dialogar com companhias aéreas, setor turístico e municípios para atrair novas rotas, respeitando critérios técnicos, econômicos e de demanda.

Mais voos significam mais turistas, mais negócios e mais empregos.

3.14) INTEGRAR TRANSPORTE E TURISMO

Criar políticas para melhorar o transporte entre aeroportos, terminais, hotéis e destinos turísticos.

Estimular soluções integradas envolvendo transporte rodoviário, aplicativos, locadoras, transporte turístico e outros modais.

O turista precisa conseguir chegar ao Ceará e também circular pelo Ceará.

3.15) CRIAR UM CALENDÁRIO ESTADUAL DE GRANDES EVENTOS

Organizar e divulgar com antecedência um calendário anual de eventos esportivos, culturais, gastronômicos, religiosos, musicais e empresariais.

A previsibilidade permitirá que hotéis, restaurantes, companhias aéreas, transportadoras e comerciantes se preparem para receber visitantes.

O objetivo é diminuir a sazonalidade e movimentar o turismo durante todo o ano.

TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E NOVA ECONOMIA

3.16) AMPLIAR PARCERIAS INTERNACIONAIS EM TECNOLOGIA

Expandir relações com centros de pesquisa, universidades, empresas e instituições de países com forte desenvolvimento tecnológico, incluindo Japão, Coreia do Sul, Israel e outras nações estratégicas.

Criar programas de cooperação tecnológica, intercâmbio acadêmico e desenvolvimento conjunto de projetos em áreas como:

- * Inteligência artificial;
- * Energia renovável;
- * Dessalinização;
- * Agricultura de precisão;
- * Saúde;
- * Segurança;
- * Semicondutores;
- * Tecnologia da informação;
- * Biotecnologia.

3.17) TRANSFORMAR O CEARÁ EM UM POLO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Criar ambientes favoráveis à instalação e expansão de empresas de tecnologia, startups, centros de pesquisa e empresas da nova economia.

Fortalecer parcerias entre universidades, setor produtivo, investidores e poder público.

O Ceará precisa exportar não apenas produtos, mas conhecimento, tecnologia e inovação.

3.18) LEVAR DESENVOLVIMENTO E EMPREGO PARA O INTERIOR

Criar políticas de incentivo à instalação e expansão de empresas fora da Região Metropolitana de Fortaleza.

Os programas estaduais deverão considerar como fatores de incentivo:

- * Geração de emprego local;
- * Desenvolvimento regional;
- * Vocação econômica do município;
- * Disponibilidade de mão de obra;
- * Infraestrutura;
- * Impacto social.

O cearense não deveria precisar abandonar sua cidade para encontrar uma oportunidade de trabalho.

NOSSO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO

Queremos um Ceará onde o empresário tenha segurança para investir, onde o pequeno empreendedor tenha condições de crescer e onde uma empresa cearense possa se tornar uma gigante nacional ou internacional.

Queremos fortalecer o turismo, desenvolver nosso litoral e nosso interior, melhorar estradas, ampliar conexões aéreas, atrair hotéis, tecnologia e novos investimentos.

Mas desenvolvimento só faz sentido quando chega à vida das pessoas.

Empresa crescendo. Turismo avançando. Investimento chegando. Emprego sendo criado. E oportunidade chegando a todas as regiões do Ceará

4. PROTEÇÃO SOCIAL COM DIGNIDADE E PORTA DE SAÍDA

A assistência social precisa proteger quem mais precisa, mas também criar caminhos para que as pessoas recuperem autonomia, renda e dignidade.

Nosso compromisso será cuidar de quem está em situação de vulnerabilidade sem transformar a política social em dependência permanente.

Queremos um Estado que acolha, proteja, capacite e ajude cada pessoa a reconstruir sua própria vida.

Compromisso: proteger quem precisa, criar oportunidades e abrir caminhos para a autonomia.

PROPOSTAS

4.1) CRIAR UMA POLÍTICA INTEGRADA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Estruturar uma rede integrada de acolhimento, saúde, assistência social, capacitação profissional e reinserção social para pessoas em situação de rua e para aquelas que enfrentam dependência química.

Formalizar parcerias, dentro dos critérios legais e técnicos, com comunidades terapêuticas, centros de reabilitação, organizações sociais e serviços especializados.

O atendimento deverá ser individualizado, respeitando as condições de cada pessoa e buscando, sempre que possível, reconstruir vínculos familiares, recuperar documentos, tratar problemas de saúde e criar oportunidades de trabalho e moradia.

A política não pode se limitar a retirar a pessoa da rua. Precisa oferecer uma verdadeira possibilidade de reconstrução de vida.

4.2) CRIAR UM PLANO ESTADUAL PARA O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Elaborar uma estratégia de longo prazo para preparar o Ceará para o envelhecimento da população.

Todas as áreas do Governo deverão considerar o aumento da população idosa em seus planejamentos, especialmente:

- * Saúde;
- * Assistência social;
- * Mobilidade;

- * Habitação;
- * Segurança;
- * Cultura;
- * Esporte;
- * Emprego;
- * Acessibilidade.

O Ceará precisa se preparar hoje para a sociedade que terá amanhã.

4.3) QUALIFICAR E INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Criar programas de capacitação profissional específicos para pessoas com deficiência em parceria com empresas, Sistema S, organizações especializadas e instituições de ensino.

Além da formação, o Estado deverá atuar na aproximação entre trabalhador e empresa, criando bancos de talentos e programas de encaminhamento profissional.

Também deverão ser incentivadas adaptações no ambiente de trabalho e políticas de acessibilidade.

A pessoa com deficiência precisa ser enxergada pelo seu potencial, e não apenas por suas limitações.

4.4) CRIAR O PROGRAMA ESPORTE QUE TRANSFORMA

Estabelecer parcerias entre escolas, organizações sociais, federações esportivas e iniciativa privada para ampliar projetos esportivos em regiões de maior vulnerabilidade.

Os programas deverão utilizar o esporte como instrumento de:

- * Disciplina;
- * Foco;
- * Convivência;
- * Permanência na escola;
- * Prevenção à violência;
- * Identificação de talentos.

Os projetos deverão trabalhar com metas e acompanhamento dos resultados.

Esporte também é política de prevenção social.

4.5) TRATAR A CULTURA COMO ECONOMIA, OPORTUNIDADE E INCLUSÃO

Fortalecer cinema, música, teatro, dança, audiovisual, games, produção de conteúdo e eventos como setores da economia criativa.

Criar políticas que integrem cultura, turismo, tecnologia e desenvolvimento urbano.

Estimular:

- * Festivais;
- * Polos culturais;
- * Rotas culturais;
- * Produção audiovisual;
- * Economia dos games;
- * Eventos;
- * Formação técnica e artística.

Cultura não é apenas entretenimento. É também emprego, renda, identidade e desenvolvimento econômico.

4.6) CRIAR CENTROS DE CULTURA E FORMAÇÃO NAS PERIFERIAS E NO INTERIOR

Implantar programas inspirados em experiências bem-sucedidas de formação cultural, utilizando parcerias com organizações sociais e instituições especializadas.

Oferecer cursos gratuitos de:

- * Música;
- * Teatro;
- * Dança;
- * Circo;
- * Audiovisual;
- * Fotografia;
- * Produção cultural;
- * Tecnologia;
- * Games;
- * Edição de vídeo;
- * Criação de conteúdo digital.

Os projetos deverão priorizar comunidades com maior vulnerabilidade social e juventude exposta à violência.

Onde existe oportunidade, diminui o espaço para o crime recrutar nossos jovens.

4.7) PROTEGER FAMÍLIAS EXPULSAS DE SUAS CASAS POR FACÇÕES CRIMINOSAS

Criar uma política estadual emergencial de proteção para famílias expulsas de suas residências por organizações criminosas.

Essas famílias deverão receber acolhimento temporário, assistência social, apoio jurídico, proteção e encaminhamento para solução habitacional segura.

O Estado deverá atuar também para recuperar territórios dominados pelo crime e garantir o direito das famílias de viverem com segurança.

Nenhum cidadão pode perder sua casa porque criminosos decidiram quem pode ou não morar em determinado lugar.

4.8) CRIAR UM PROGRAMA DE AUTONOMIA ECONÔMICA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Criar um programa específico para mulheres que tiveram sua independência econômica comprometida por relacionamentos abusivos ou violentos.

Em parceria com municípios, Sebrae, Sistema S, empresas e instituições de capacitação, oferecer:

- * Formação profissional;
- * Empreendedorismo;
- * Educação financeira;
- * Acesso ao crédito;
- * Intermediação de emprego;
- * Apoio para abertura de pequenos negócios.

A mulher que rompe um ciclo de violência precisa encontrar condições reais para reconstruir sua vida.

4.9) PRIORIDADE EM EMPREGO E CAPACITAÇÃO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Criar mecanismos para aproximar mulheres atendidas pela rede de proteção de empresas que disponham de vagas de emprego.

Estabelecer parcerias voluntárias com o setor privado e programas de capacitação direcionados às demandas reais do mercado.

A independência financeira é uma das principais ferramentas para impedir que uma mulher seja obrigada a retornar para um ambiente de violência.

4.10) CRIAR UMA PORTA DE SAÍDA DOS PROGRAMAS SOCIAIS

Integrar os programas estaduais de assistência social às políticas de emprego, qualificação e empreendedorismo.

As famílias atendidas deverão ter acesso facilitado a:

- * Cursos profissionalizantes;
- * Intermediação de mão de obra;
- * Programas de primeiro emprego;
- * Orientação para empreendedorismo;
- * Acesso a microcrédito;
- * Acompanhamento social.

A proteção social continuará existindo para quem necessita, mas o Estado deverá criar todas as condições possíveis para que cada família possa conquistar autonomia.

4.11) CRIAR UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS EM MAIOR VULNERABILIDADE

Integrar informações das áreas de assistência social, saúde, educação e emprego, respeitando as regras de proteção de dados.

O objetivo será identificar famílias que enfrentam múltiplas vulnerabilidades e construir planos de acompanhamento específicos.

Em vez de cada secretaria enxergar apenas uma parte do problema, o Governo precisa enxergar a família como um todo.

4.12) FORTALECER AS ENTIDADES SOCIAIS QUE ENTREGAM RESULTADOS

Criar critérios transparentes para parcerias com organizações da sociedade civil que atuem em assistência social, cultura, esporte, inclusão, acolhimento e capacitação.

Os recursos públicos deverão estar vinculados a metas, prestação de contas e avaliação de resultados.

Quem realiza um bom trabalho social precisa ter condições de ampliar sua atuação.

NOSSO COMPROMISSO COM A PROTEÇÃO SOCIAL

Queremos um Ceará que não abandone quem está vulnerável.

Um Estado que acolha a pessoa em situação de rua, ofereça tratamento para quem enfrenta dependência química, crie oportunidades para pessoas com deficiência, proteja mulheres vítimas de violência e garanta segurança para famílias ameaçadas pelo crime.

Mas queremos ir além do acolhimento.

Queremos oferecer qualificação, emprego, cultura, esporte, moradia e oportunidade.

Assistência social precisa ser proteção no momento da dificuldade e uma ponte para a reconstrução da vida.

5. OBRAS QUE SAEM DO PAPEL E CHEGAM A TODO O CEARÁ

O Ceará não pode desperdiçar dinheiro público com obras abandonadas, projetos que se arrastam por anos ou investimentos concentrados apenas na capital e na Região Metropolitana.

Nosso governo terá um princípio claro: nenhuma obra pública útil, legalmente contratada, tecnicamente viável e já em execução será paralisada por disputa política ou mudança de governo.

Obras iniciadas serão avaliadas com responsabilidade e terão prioridade para conclusão, principalmente aquelas próximas de serem entregues à população.

O dinheiro público já investido precisa se transformar em estrada, saneamento, energia, escola, hospital, abastecimento e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, iniciaremos um novo ciclo de infraestrutura voltado principalmente para o interior do Ceará.

Compromisso: concluir o que já começou, recuperar o que está parado e levar novos investimentos para onde o Ceará mais precisa.

PROPOSTAS

5.1) GARANTIR A CONTINUIDADE DAS OBRAS EM ANDAMENTO

Realizar, no início do governo, um levantamento completo de todas as obras estaduais em execução.

Obras que estejam regularmente contratadas, tenham utilidade pública, segurança técnica e recursos disponíveis deverão ter continuidade assegurada.

Projetos próximos da conclusão terão prioridade para evitar desperdício de recursos já investidos.

Mudança de governo não pode significar abandonar obra simplesmente porque ela foi iniciada pela gestão anterior.

Obra pública pertence à população, não a um governante.

5.2) CRIAR UM PLANO PARA RETOMADA DAS OBRAS PARADAS

Fazer uma auditoria técnica, financeira e jurídica das obras interrompidas em todo o Ceará.

Cada empreendimento deverá receber uma classificação clara:

- * Obra pronta para retomada;
- * Obra que necessita de adequação;
- * Obra com pendência jurídica;
- * Obra que precisa de nova licitação;
- * Obra tecnicamente inviável.

Nos casos em que a retomada for possível e vantajosa para a população, o Estado deverá estabelecer prazo para reinício e conclusão.

5.3) CRIAR O PAINEL CEARÁ DE OBRAS

Implantar uma plataforma pública para acompanhamento das obras estaduais.

A população poderá consultar:

- * Valor contratado;
- * Empresa responsável;
- * Fonte dos recursos;
- * Percentual executado;
- * Prazo previsto;
- * Aditivos;
- * Fotografias da evolução da obra;
- * Pagamentos realizados;
- * Previsão de entrega.

Transparência será uma ferramenta permanente de fiscalização.

5.4) LEVAR INFRAESTRUTURA PARA O INTERIOR

Criar um programa estadual de interiorização dos investimentos em infraestrutura.

Os projetos deverão priorizar municípios que apresentem maiores déficits de:

- * Saneamento;
- * Abastecimento de água;
- * Energia;
- * Estradas;
- * Mobilidade;
- * Conectividade;
- * Infraestrutura urbana;
- * Equipamentos públicos.

O desenvolvimento do Ceará não pode terminar nos limites da Região Metropolitana de Fortaleza.

5.5) AMPLIAR O SANEAMENTO BÁSICO

Acelerar os investimentos em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem e manejo adequado de resíduos.

Priorizar comunidades e municípios com menor cobertura de saneamento.

Buscar recursos estaduais, federais, financiamentos e parcerias com a iniciativa privada para ampliar a capacidade de investimento.

Saneamento não é apenas infraestrutura. É saúde pública, dignidade e desenvolvimento.

5.6) GARANTIR ÁGUA PARA O INTERIOR

Ampliar a infraestrutura hídrica do Estado com novos sistemas de abastecimento, adutoras, reservatórios e integração dos sistemas existentes.

Priorizar regiões que convivem historicamente com insegurança hídrica.

Fortalecer também soluções adequadas para comunidades rurais e localidades distantes das grandes redes de abastecimento.

5.7) FORTALECER A INFRAESTRUTURA DE ENERGIA

Trabalhar em parceria com concessionárias, setor privado e órgãos reguladores para ampliar e modernizar a infraestrutura energética do Ceará.

A expansão deverá atender tanto às famílias quanto às áreas industriais, comerciais e rurais.

Estimular também investimentos em energia renovável, especialmente solar e eólica, aproveitando o enorme potencial do Estado.

Energia confiável é condição para atrair empresas, gerar empregos e desenvolver o interior.

5.8) CRIAR CORREDORES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Planejar obras de infraestrutura de maneira integrada, conectando estradas, áreas produtivas, polos industriais, centros comerciais, destinos turísticos e municípios.

O objetivo é evitar obras isoladas e criar corredores que realmente movimentem a economia regional.

Uma boa estrada pode significar mais turismo, escoamento da produção, novos negócios e empregos.

5.9) RECUPERAR E MANTER AS ESTRADAS ESTADUAIS

Revisar os contratos de conservação e manutenção das rodovias estaduais.

Criar indicadores de qualidade para avaliar pavimentação, sinalização, segurança e condições de tráfego.

As empresas responsáveis pela manutenção deverão ser cobradas pelo resultado entregue.

Não basta recuperar uma estrada. É preciso impedir que ela volte rapidamente a se deteriorar.

5.10) CRIAR UM PROGRAMA PERMANENTE DE ESTRADAS DO INTERIOR

Mapear os principais trechos que prejudicam o escoamento da produção, o transporte escolar, o atendimento de saúde e a circulação entre municípios.

Criar um cronograma plurianual para recuperação e pavimentação de trechos considerados prioritários.

As obras deverão considerar impacto econômico e social, e não apenas volume de tráfego.

5.11) MELHORAR A INFRAESTRUTURA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS

Recuperar e modernizar áreas destinadas à instalação de empresas.

Garantir, conforme a necessidade de cada polo:

- * Acesso rodoviário;
- * Energia;
- * Água;
- * Saneamento;
- * Iluminação;
- * Telecomunicações;
- * Segurança;
- * Áreas preparadas para novos investimentos.

Não adianta oferecer incentivo fiscal se o empresário chega ao município e não encontra infraestrutura para produzir.

5.12) USAR PARCERIAS PARA ACELERAR GRANDES OBRAS

Ampliar o uso responsável de concessões e parcerias público-privadas quando esses modelos forem tecnicamente e economicamente vantajosos para a população.

As parcerias deverão contar com metas claras, fiscalização, transparência e mecanismos que garantam qualidade na prestação dos serviços.

O Estado precisa utilizar diferentes fontes de financiamento para conseguir fazer mais obras sem comprometer irresponsavelmente as contas públicas.

5.13) CRIAR UM BANCO DE PROJETOS PARA O INTERIOR

Muitos municípios deixam de receber investimentos porque não possuem projetos técnicos prontos.

Criar uma estrutura estadual para apoiar municípios na elaboração de projetos de engenharia e infraestrutura.

O banco deverá reunir projetos aptos a buscar recursos federais, financiamentos, emendas, fundos e parcerias privadas.

Projeto pronto significa mais capacidade de captar dinheiro e fazer a obra acontecer.

5.14) ESTABELECEER PRIORIDADE PARA OBRAS QUE GEREM DESENVOLVIMENTO

Na definição dos novos investimentos, considerar critérios como:

- * número de pessoas beneficiadas;
- * impacto na geração de emprego;
- * redução das desigualdades regionais;
- * melhoria da saúde e qualidade de vida;
- * fortalecimento da economia local;
- * integração entre municípios;
- * capacidade de atrair novos investimentos.

Obra pública precisa resolver problema e melhorar a vida das pessoas.

NOSSO COMPROMISSO COM A INFRAESTRUTURA

Não chegaremos ao governo para apagar o que foi feito antes.

Aquilo que estiver funcionando será mantido.

Aquilo que estiver em construção será concluído, sempre que técnica e legalmente possível.

Aquilo que estiver parado será analisado e, quando viável, retomado.

E novos investimentos deverão chegar principalmente às regiões que durante décadas receberam menos infraestrutura.

Queremos mais água, mais saneamento, mais energia, melhores estradas e condições para que empresas possam investir também no interior.

Obra não tem partido. Obra tem que ter utilidade, prazo, transparência e resultado para a população.

6. MEIO AMBIENTE COM RESPONSABILIDADE E BOM SENSO.

O Ceará precisa crescer, gerar emprego, atrair investimentos e ampliar sua infraestrutura sem abrir mão da proteção ambiental.

Desenvolvimento econômico e preservação não podem ser tratados como lados opostos.

Nosso compromisso será construir uma política ambiental baseada em responsabilidade, ciência, diálogo, compensação ambiental e respeito às pessoas que vivem nos territórios afetados.

Nenhuma obra ou empreendimento deverá avançar ignorando quem mora, trabalha ou produz naquela região.

Compromisso: preservar o meio ambiente, respeitar as pessoas e permitir que o Ceará se desenvolva de forma sustentável.

PROPOSTAS

6.1) GARANTIR RESPEITO ÀS COMUNIDADES AFETADAS POR INTERVENÇÕES

Toda grande intervenção pública ou privada deverá considerar os impactos ambientais, sociais e econômicos sobre as comunidades da região.

Moradores, trabalhadores, produtores rurais, pescadores, comunidades tradicionais e demais grupos diretamente afetados deverão ser ouvidos nos processos de planejamento e licenciamento, conforme a legislação aplicável.

Quando houver necessidade de reassentamento, desapropriação ou mudança significativa no modo de vida da população, o poder público deverá garantir diálogo, informação, compensação adequada e acompanhamento social.

Nenhuma política ambiental pode proteger a natureza ignorando as pessoas que vivem nela.

6.2) CRIAR O PRINCÍPIO DA REPOSIÇÃO AMBIENTAL OBRIGATÓRIA

Estabelecer políticas estaduais para que intervenções que impliquem supressão autorizada de vegetação sejam acompanhadas de compensação e reposição ambiental.

Sempre que houver retirada de árvores em razão de obras ou

empreendimentos devidamente autorizados, deverá existir plano de compensação que considere quantidade, espécie, localização, capacidade de sobrevivência e recuperação ambiental.

A reposição deverá priorizar espécies adequadas ao bioma e à realidade local.

O objetivo não será apenas plantar mudas, mas garantir que elas cresçam e cumpram sua função ambiental.

6.3) CRIAR PROGRAMAS PERMANENTES DE REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Ampliar a recuperação de matas ciliares, áreas degradadas, margens de rios, nascentes, dunas, manguezais e demais ecossistemas importantes para o Ceará.

Estabelecer parcerias com:

- * Empresas;
- * Universidades;
- * Organizações ambientais;
- * Municípios;
- * Produtores rurais;
- * Comunidades locais.

Os programas deverão possuir metas mensuráveis de recuperação, manutenção e monitoramento.

6.4) ESTIMULAR EMPRESAS A ADOTAREM PROGRAMAS CONTÍNUOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Criar mecanismos para incentivar e, nos casos previstos em lei ou em condicionantes ambientais, exigir que empresas mantenham programas permanentes de:

- * Reflorestamento;
- * Recuperação de áreas degradadas;
- * Gestão de resíduos;
- * Economia de água;
- * Eficiência energética;

- * Redução de emissões;
- * Educação ambiental.

As obrigações deverão ser proporcionais ao impacto de cada atividade e acompanhadas por indicadores objetivos.

Responsabilidade ambiental precisa fazer parte da rotina da empresa, e não ser apenas uma ação pontual.

6.5) CRIAR O SELO EMPRESA AMIGA DO CEARÁ VERDE

Criar uma certificação estadual para reconhecer empresas que superem as exigências ambientais mínimas e desenvolvam boas práticas de sustentabilidade.

Poderão ser considerados critérios como:

- * Redução de emissões;
- * Uso eficiente da água;
- * Energia renovável;
- * Reciclagem;
- * Reflorestamento;
- * Preservação da biodiversidade;
- * Inovação ambiental;
- * Geração de empregos verdes.

O selo poderá ser utilizado como instrumento de valorização institucional e atração de investimentos responsáveis.

6.6) CRIAR UM AMBIENTE SEGURO PARA O INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Modernizar os processos de licenciamento ambiental, garantindo mais previsibilidade, prazos, transparência e segurança jurídica sem reduzir a proteção ambiental.

Empreendimentos deverão saber com clareza:

- * quais estudos serão exigidos;
- * quais documentos deverão apresentar;
- * quais condicionantes deverão cumprir;
- * quais prazos deverão ser observados.

Licenciamento ambiental eficiente não significa licenciamento irresponsável.

Significa fazer com que boas empresas consigam investir com regras claras, enquanto atividades prejudiciais sejam fiscalizadas e responsabilizadas.

6.7) ATRAIR EMPRESAS DA ECONOMIA VERDE PARA O CEARÁ

Criar uma política ativa para atrair investimentos ligados à sustentabilidade.

Priorizar setores como:

- * energia solar;
- * energia eólica;
- * hidrogênio de baixa emissão;
- * reciclagem;
- * reaproveitamento de resíduos;
- * saneamento;
- * tecnologia ambiental;
- * dessalinização;
- * eficiência energética;
- * mobilidade limpa;
- * agricultura sustentável.

O Ceará possui condições naturais e estratégicas para se tornar referência em economia verde e geração de empregos associados à sustentabilidade.

6.8) CRIAR POLOS DE ECONOMIA CIRCULAR

Estimular empresas a transformar resíduos de uma atividade em insumos para outra.

Criar polos e programas de economia circular para reduzir descarte, custos industriais e impacto ambiental.

A política poderá integrar indústria, cooperativas, municípios, universidades e empresas de tecnologia.

O que hoje é tratado como lixo pode se transformar em matéria-prima, renda e emprego.

6.9) FORTALECER A COLETA SELETIVA E AS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM

Ampliar parcerias com municípios e cooperativas para fortalecer a coleta seletiva e a reciclagem.

Apoiar catadores e cooperativas com:

- * Capacitação;
- * Equipamentos;
- * Infraestrutura;
- * Formalização;
- * Acesso a contratos e mercados.

A política ambiental também precisa gerar inclusão e renda.

6.10) PROTEGER RIOS, LAGOAS, NASCENTES, MANGUEZAIS E O LITORAL

Criar programas permanentes de proteção e recuperação dos recursos hídricos e dos ecossistemas costeiros.

Combater despejo irregular de resíduos e esgoto.

Fortalecer ações de recuperação de:

- * Rios;
- * Lagoas;
- * Nascentes;
- * Matas ciliares;
- * Manguezais;
- * Dunas;
- * Áreas costeiras degradadas.

Água e meio ambiente precisam ser tratados como patrimônio estratégico do Ceará.

6.11) AMPLIAR A ARBORIZAÇÃO URBANA

Criar um programa estadual de apoio à arborização dos municípios.

Priorizar áreas com:

- * Altas temperaturas;
- * Pouca cobertura vegetal;
- * Grande circulação de pedestres;
- * Escolas;
- * Hospitais;
- * Praças;
- * Avenidas.

O planejamento deverá considerar espécies adequadas, manutenção e compatibilidade com calçadas, rede elétrica e infraestrutura urbana.

Mais árvores significam cidades mais agradáveis, mais sombra e melhor qualidade de vida.

6.12) INCENTIVAR O PRODUTOR RURAL QUE PRESERVA

Criar programas para apoiar agricultores e produtores que adotem práticas sustentáveis.

Estimular:

- * Conservação do solo;
- * Proteção de nascentes;
- * Uso racional da água;
- * Recuperação de áreas degradadas;
- * Sistemas agroflorestais;
- * Tecnologias de produção sustentável.

O produtor rural deve ser tratado como aliado da preservação.

6.13) CRIAR PROGRAMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Estruturar mecanismos para reconhecer e incentivar proprietários, comunidades e produtores que preservem áreas de interesse ambiental.

Os programas poderão apoiar quem protege:

- * Nascentes;
- * Matas;
- * Biodiversidade;
- * Áreas de recarga hídrica;
- * Ecossistemas estratégicos.

Preservar também precisa gerar valor para quem cuida do território.

6.14) FORTALECER A FISCALIZAÇÃO CONTRA CRIMES AMBIENTAIS

Combater desmatamento ilegal, ocupações irregulares, descarte clandestino de resíduos, poluição e outros crimes ambientais.

Utilizar tecnologia, imagens de satélite, drones e integração entre órgãos para ampliar a capacidade de fiscalização.

A política de bom senso não significa tolerância com quem destrói ilegalmente o patrimônio ambiental.

6.15) CRIAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL PERMANENTE

Fortalecer programas de educação ambiental nas escolas, comunidades e empresas.

Trabalhar temas como:

- * Uso responsável da água;
- * Reciclagem;
- * Preservação;
- * Combate às queimadas;
- * Limpeza urbana;
- * Consumo consciente;
- * Mudanças climáticas.

Preservação também depende de mudança de comportamento.

NOSSO COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

Queremos um Ceará capaz de crescer sem destruir.

Um Estado que respeite as famílias que vivem nos territórios onde haverá novos investimentos.

Que exija compensação ambiental quando houver impacto.
Que recupere áreas degradadas.

Que plante, preserve e acompanhe as árvores que forem repostas.

Que responsabilize quem polui, mas que também dê segurança jurídica a quem quer investir corretamente.

E que transforme a política ambiental em uma oportunidade para atrair novas empresas, novas tecnologias e novos empregos.

Desenvolvimento com responsabilidade. Preservação com bom senso. E respeito absoluto às pessoas e ao futuro do Ceará.

7. MÉRITO, TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Governo do Ceará precisa funcionar com responsabilidade, competência e transparência.

Cada secretaria terá orçamento próprio, metas claras e autonomia para executar suas políticas públicas sem depender de decisões políticas a todo momento para funcionar.

Mas autonomia virá acompanhada de responsabilidade.

Todas as secretarias deverão prestar contas de forma permanente, com fiscalização mensal, auditorias trimestrais e acompanhamento público dos resultados.

Compromisso: quem administra dinheiro público precisa mostrar onde gastou, como gastou e qual resultado entregou.

PROPOSTAS

7.1) CARGOS DE RESPONSABILIDADE SERÃO OCUPADOS POR MÉRITO

Estabelecer critérios técnicos para ocupação de cargos de direção, coordenação, presidência e demais funções estratégicas da administração estadual.

Nenhum cargo de responsabilidade deverá ser preenchido apenas por indicação política.

Os critérios deverão considerar:

- * Formação;
- * Experiência profissional;
- * Capacidade de gestão;
- * Conhecimento técnico;
- * Histórico funcional;
- * Resultados anteriores;
- * Qualificação para a função.

O Estado precisa colocar a pessoa certa no lugar certo.

Cargo público de responsabilidade não pode ser prêmio político. Deve ser compromisso com resultado.

7.2) CRIAR PROCESSOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO PARA FUNÇÕES ESTRATÉGICAS

Implantar processos públicos de seleção para cargos estratégicos da administração estadual.

Sempre que possível, serão utilizados:

- * Análise curricular;
- * Entrevistas técnicas;
- * Avaliação de experiência;

- * Metas de desempenho;
- * Critérios objetivos de seleção.

A escolha final deverá ser fundamentada e transparente.

7.3) DAR AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA ÀS SECRETARIAS

Cada secretaria deverá receber orçamento previamente definido para executar suas políticas públicas.

O objetivo será reduzir a dependência de liberações políticas constantes e permitir planejamento de médio e longo prazo.

Cada gestor saberá:

- * Quanto poderá gastar;
- * Quais metas deverá cumprir;
- * Quais serviços deverá entregar;
- * Quais resultados serão cobrados.

Autonomia para trabalhar. Responsabilidade para prestar contas.

7.4) IMPLANTAR FISCALIZAÇÃO MENSAL DOS GASTOS

Criar rotinas mensais de acompanhamento da execução financeira e orçamentária de todas as secretarias.

Serão monitorados:

- * Gastos;
- * Contratos;
- * Licitações;
- * Compras;
- * Despesas com pessoal;
- * Diárias;
- * Viagens;
- * Serviços terceirizados;
- * Execução das metas.

Os relatórios deverão ser padronizados e enviados aos órgãos de controle.

7.5) REALIZAR AUDITORIAS TRIMESTRAIS

Todas as secretarias e principais órgãos estaduais deverão passar por auditorias periódicas, preferencialmente a cada três meses, de acordo com critérios de risco, materialidade e relevância.

As auditorias deverão avaliar:

- * Legalidade;
- * Eficiência;
- * Cumprimento de metas;
- * Qualidade do gasto;
- * Execução de contratos;
- * **riscos de irregularidades.**

Não basta saber se o dinheiro foi gasto dentro da lei.

É preciso saber se o dinheiro público entregou resultado.

7.6) CRIAR O PAINEL CEARÁ TRANSPARENTE

Modernizar o Portal da Transparência para torná-lo mais simples, intuitivo e acessível.

O cidadão não deverá precisar ser contador, advogado ou especialista para entender os gastos do Governo.

O novo painel deverá permitir consultas simples sobre:

- * Quanto cada secretaria recebeu;
- * Quanto gastou;
- * Onde gastou;
- * Contratos;
- * Empresas contratadas;
- * Obras;
- * Salários;
- * Diárias;
- * Viagens;
- * Licitações;
- * Emendas;
- * Convênios;
- * Metas e Resultados.

A informação precisa estar disponível em linguagem clara.

Transparência que ninguém entende não é transparência de verdade.

7.7) CRIAR UMA VERSÃO SIMPLIFICADA DO PORTAL PARA CELULAR

Desenvolver uma versão leve e simples do Portal da Transparência para celular.

O cidadão poderá pesquisar, por exemplo:

- * Quanto custou uma obra;
- * Quanto recebeu determinada secretaria;
- * Quem venceu uma licitação;
- * Quanto foi gasto com viagens;
- * Quanto foi destinado para seu município.

A tecnologia precisa aproximar o cidadão do controle do Estado.

7.8) PUBLICAR METAS E RESULTADOS DE TODAS AS SECRETARIAS

Cada secretaria deverá publicar suas principais metas anuais.

Ao longo do ano, o Governo divulgará:

- * Metas alcançadas;
- * Metas atrasadas;
- * Indicadores;
- * Justificativas;
- * Medidas corretivas.

A população poderá acompanhar não apenas quanto foi gasto, mas o que foi entregue.

7.9) CRIAR INDICADORES PÚBLICOS DE DESEMPENHO

Implantar indicadores objetivos para avaliar secretarias, órgãos, programas e gestores.

Exemplos:

- * Tempo de espera na saúde;
- * Desempenho educacional;
- * Redução de criminalidade;
- * Geração de empregos;
- * Execução de obras;
- * Qualidade das estradas;
- * Tempo para abertura de empresas.

O Governo precisa ser medido pelo resultado que entrega.

7.10) VALORIZAR O SERVIDOR POR DESEMPENHO

Criar mecanismos de reconhecimento e valorização dos servidores públicos que apresentem bons resultados.

Poderão ser adotados:

- * premiações institucionais;
- * capacitação;
- * reconhecimento profissional;
- * progressão baseada nos critérios legais aplicáveis;
- * incentivos vinculados a metas coletivas.

A valorização deverá ocorrer com critérios claros e objetivos.

7.11) COMBATER O NEPOTISMO E AS INDICAÇÕES POLÍTICAS INADEQUADAS

Fortalecer regras para impedir nepotismo e nomeações incompatíveis com princípios de impessoalidade e moralidade.

O Governo deverá defender também critérios técnicos para nomeações em órgãos de controle e funções estratégicas.

Quem fiscaliza o Estado precisa ter independência.

7.12) REDUZIR GASTOS INJUSTIFICADOS COM DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS

Revisar despesas com:

- * Diárias;
- * Viagens;
- * Hospedagens;
- * Veículos oficiais;
- * Aeronaves;
- * Deslocamentos administrativos.

O uso de helicópteros e aeronaves deverá ocorrer apenas quando houver justificativa operacional, segurança ou necessidade de serviço público.

Dinheiro público não pode financiar conforto desnecessário.

7.13) DAR TRANSPARÊNCIA TOTAL ÀS EMENDAS PARLAMENTARES

Criar um painel específico para acompanhamento das emendas dos deputados estaduais.

O cidadão poderá saber:

- * Autor da emenda;
- * Valor;
- * Município beneficiado;
- * Finalidade;
- * Órgão responsável;
- * Estágio de execução.

O Governo deverá trabalhar para ampliar previsibilidade e critérios objetivos na execução das emendas, observando as regras constitucionais e orçamentárias aplicáveis.

7.14) PROTEGER ÓRGÃOS TÉCNICOS DA INTERFERÊNCIA POLÍTICA

Fortalecer critérios técnicos para nomeações em agências, autarquias e órgãos reguladores.

Dirigentes deverão possuir qualificação compatível com a função.

O objetivo é reduzir captura política e garantir decisões baseadas em critérios técnicos.

7.15) CRIAR PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL DO GOVERNADOR

A cada trimestre, o Governo deverá apresentar publicamente um balanço das principais ações.

O relatório deverá mostrar:

- * Receitas;
- * Despesas;
- * Obras;
- * Saúde;
- * Educação;
- * Segurança;
- * Empregos;
- * Investimentos;
- * Cumprimento de metas.

O Governo precisa explicar diretamente à população o que está fazendo.

NOSSO COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA

Queremos um Governo onde nenhuma informação relevante fique escondida.

Um Governo em que o secretário tenha autonomia para trabalhar, mas saiba que será fiscalizado.

Onde cargos de responsabilidade sejam ocupados por pessoas capacitadas.

Onde o servidor seja valorizado pelo que entrega.

Onde cada real gasto possa ser acompanhado.

E onde qualquer cidadão, independentemente de escolaridade ou condição social, consiga entender como o dinheiro público está sendo utilizado.

Mérito para administrar. Transparência para governar. Fiscalização para proteger o dinheiro do povo.

8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES

O Ceará precisa usar tecnologia para gerar emprego, melhorar serviços e aumentar a competitividade.

Compromisso: conectar conhecimento, empresas e inovação para criar oportunidades.

8.1) APROXIMAR UNIVERSIDADES, EMPRESAS E STARTUPS

Criar programas conjuntos para desenvolver soluções tecnológicas para problemas reais da indústria, agricultura, comércio, saúde, energia e serviços.

8.2) LEVAR INTERNET E SINAL DE QUALIDADE AO INTERIOR

Trabalhar em parceria com operadoras para ampliar cobertura de internet e telefonia em pequenas cidades, comunidades rurais e áreas produtivas.

Conectividade hoje é infraestrutura básica para estudar, trabalhar, produzir e empreender.

8.3) CRIAR UM GRANDE CENTRO ESTADUAL DE INOVAÇÃO

Aproveitar estruturas públicas disponíveis para criar um polo de inovação que reúna startups, incubadoras, universidades, centros de pesquisa e empresas.

O espaço deverá estimular pesquisa aplicada, empreendedorismo tecnológico e atração de investimentos.

8.4) INCENTIVAR A INOVAÇÃO NAS EMPRESAS CEARENSES

Criar programas de apoio técnico e acesso a linhas de financiamento para empresas que invistam em tecnologia, automação, pesquisa e novos produtos.

8.5) FORMAR JOVENS PARA A NOVA ECONOMIA

Ampliar cursos e programas de formação em programação, inteligência artificial, robótica, segurança digital e outras áreas de tecnologia.

8.6) CRIAR AMBIENTE PARA ATRAIR EMPRESAS DE TECNOLOGIA

Oferecer segurança jurídica, infraestrutura e condições competitivas para atrair empresas de tecnologia, centros de pesquisa e novos investimentos.

Compromisso final: mais conexão, mais inovação, mais empresas e mais empregos de qualidade no Ceará.

9. AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O campo precisa de tecnologia, crédito, infraestrutura e segurança para produzir mais, gerar renda e fortalecer o interior.

Compromisso: apoiar pequeno, médio e grande produtor de acordo com suas necessidades.

9.1) ATRAIR INVESTIMENTOS E TECNOLOGIA PARA O CAMPO

Facilitar a entrada de recursos privados e internacionais para pesquisa, inovação e modernização da produção rural.

9.2) QUALIFICAR MÃO DE OBRA PARA O SETOR AGROINDUSTRIAL

Criar cursos profissionalizantes em parceria com empresas para atender abatedouros, agroindústrias e cadeias produtivas regionais.

9.3) APOIAR O PEQUENO PRODUTOR

Ampliar assistência técnica, acesso simplificado ao crédito, compras públicas e apoio à comercialização da produção.

9.4) FORTALECER O MÉDIO PRODUTOR

Criar condições para financiamento de mecanização, irrigação, armazenagem, tecnologia e expansão da produção.

9.5) DAR SEGURANÇA AO GRANDE PRODUTOR

Garantir ambiente de segurança jurídica, infraestrutura, logística e estímulo a novos investimentos e exportações.

9.6) MELHORAR ESTRADAS E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Priorizar a recuperação de vias utilizadas para transportar produtos agrícolas e pecuários.

9.7) INCENTIVAR IRRIGAÇÃO E USO EFICIENTE DA ÁGUA

Estimular tecnologias de irrigação, reúso de água e soluções adaptadas ao semiárido.

9.8) ESTIMULAR AGROINDÚSTRIAS NO INTERIOR

Criar condições para instalação e expansão de empresas próximas às regiões produtoras, agregando valor à produção local.

Compromisso final: quem produz no Ceará, seja pequeno, médio ou

grande, terá no Estado um parceiro para crescer.

COMPROMISSO FINAL

Este plano não foi feito para preencher páginas.

Foi feito para mudar a realidade.

Assumo diante do povo cearense compromissos claros, firmes e inegociáveis:

Defender a vida.

Enfrentar a violência.

Libertar quem produz da burocracia.

Valorizar quem trabalha e entrega resultado.

Governar com transparência, coragem e responsabilidade.

O Ceará não precisa de mais promessas vazias.

Precisa de governo presente.

Precisa de gestão séria.

Precisa de resultado.

Cada real público terá destino.

Cada secretário terá meta.

Cada obra terá prazo.

Cada política terá avaliação.

Cada cidadão terá o direito de cobrar.

Não vamos governar para grupos.

Vamos governar para o Ceará.

Para quem trabalha.

Para quem empreende.

Para quem produz.

Para quem precisa do Estado.

Para quem acredita que ainda é possível fazer diferente.

Menos privilégio. Mais mérito.

Menos burocracia. Mais oportunidade.

Menos desperdício. Mais resultado.

Menos distância do povo. Mais presença do Estado.

Governar é servir.

E servir exige coragem para enfrentar problemas, disciplina para cumprir metas e respeito absoluto ao dinheiro e à confiança do cidadão.

Estado eficiente. Cidadão respeitado. Ceará mais forte.

Que Deus abençoe o Ceará, proteja o nosso povo e nos dê sabedoria para construir um Estado mais justo, seguro, próspero e digno para todos.

Que Deus nos abençoe.